

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATOS DE MINAS – MINAS GERAIS, **DR. RODRIGO DE CARVALHO ASSUMPCÃO**, nomeando o leiloeiro público **ADRIANO APOLINÁRIO LEÃO DE OLIVEIRA**, JUCEMG 820, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO**, os bens/lotes adiante discriminados.

LOCAL: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site www.adrianoapolinario.com.br.

DATA E HORA: Primeiro leilão: 24/06/2024 – 14:00h à 28/06/2024 13:00h / Segundo Leilão: 28/06/2024 14:00h à 08/07/2024 14:00h (*horário de Brasília*).

As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%**.

LANCE INICIAL: No primeiro leilão, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso o lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. No segundo leilão, fica o leiloeiro autorizado a ofertar o lote tendo como lance mínimo o valor equivalente a **70%** do valor da avaliação (*art. 891, §único do CPC*). Conforme discriminado o bem: SEIS SORTES DE TERRAS, ANEXAS E DIVIDIDAS, SITUADAS NA FAZENDA BOA VISTA, LUGAR MANABUIU, DISTRITO DE SÃO BRAZ, MUNICÍPIO DE LAGAMAR, COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, COM ÁREA TOTAL DE 994.51.00 HAS (NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO HECTARES E CINQUENTA E UM ARES), SENDO 950.94.59 HAS DE CULTURA E 43.56.41 HAS DE CAMPOS. CONFORME DIVISÕES E CONFRONTAÇÕES DESCRITAS NA MATRÍCULA DE Nº 12.508 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG. Em primeiro leilão **R\$ 5.967.060,00** em 2º leilão **R\$ 4.176.942,00**.

LANCE CONSIDERADO VENCEDOR: Será considerado vencedor o lance em maior valor.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da arrematação deverá ser cumprido até o primeiro dia útil após ter sido declarado vencedor, por depósito judicial, conforme previsto no art. 892 do CPC. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (*art. 903, §1º, III do CPC*), sendo o lote novamente levado à leilão (*do qual o arrematante ficará impedido de participar*), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualdade de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (*e nas mesmas condições de pagamento*) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (*quando não comparecerem interessados na arrematação do bem*), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro.

MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC**.

TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total da arrematação. Será devido a remuneração do leiloeiro (taxa de leilão) no equivalente a 2,00% (dois por cento) do valor da

avaliação do bem, devido pelo executado, no caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 02 (*dois*) dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 5,00% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (*se houver*). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (*no todo ou em parte*), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção.

DÍVIDAS E ÔNUS: Os bens serão entregues livres de quaisquer dívidas e/ou ônus, observadas as exceções constantes neste edital. No que se refere aos créditos tributários, aplica-se a norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Ficam os interessados cientes que, para a transferência do imóvel para o nome do arrematante, deverá cumprir com quaisquer obrigações do bem, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Além do mais, ficam os interessados cientes que o bem pode ter a existência de dívida e ônus, recurso ou processo pendente sobre o bem a ser leiloado. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. Os créditos que recaem sobre o(s) bem(ns), inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, §2º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. Averbações e registros nas matrículas: Matrícula 12.508, R-03 RESERVA DE USUFRUTO VITALÍCIO EM FAVOR DE JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA SOBRINHO E ANA PEREIRA DA CUNHA; R-04 HIPOTECA EM FAVOR DE BRADESCO S/A; R-05 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-06 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-07 QUITAÇÃO DA HIPOTECA R-05; AV-08 QUITAÇÃO DA HIPOTECA R-06; R-09 HIPOTECA EM FAVOR DE BRADESCO S/A; R-10 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-11 QUITAÇÃO DA HIPOTECA R-04; R-12 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-13 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-14 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-15 QUITAÇÃO DA HIPOTECA R-09; R-16 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-17 QUITAÇÃO DA HIPOTECA R-10; R-18 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-19 HIPOTECA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-20 RATIFICAÇÃO DE DATA DE VENCIMENTO DA HIPOTECA; AV-21 ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO À CÉDULA HIPOTECÁRIA Nº 201005127, R14; AV-22 ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO À CÉDULA HIPOTECÁRIA Nº 201105160, R19; R-23 PENHORA DO IMÓVEL EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-24 PENHORA DO IMÓVEL EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-25 PENHORA DO IMÓVEL EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-26 PENHORA DO IMÓVEL EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; AV-27 PENHORA DO IMÓVEL EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A; R-28 TERMO DE PENHORA EM FAVOR DE BANCO BRADESCO S/A.

Dados constantes na matrícula de nº 12.508 no Serviço Registral de Imóveis de Presidente Olegário/MG em 10/04/2024.

LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site www.adrianoapolinario.com.br. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro.** Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital.

CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irrevogáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (*art. 893 do CPC*). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (*inclusive de funcionamento*). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.

INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro, pelo telefone (34) 3823-1142 ou pelo site www.adrianoapolinario.com.br. **Visitação do(s) bem(ens) mediante agendamento prévio através do site do leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio.**

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.adrianoapolinario.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL: O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (*cinco*) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.adrianoapolinario.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei.

INTIMAÇÃO: Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados (*art. 889, § único do CPC*): **BANCO BRADESCO S.A., JOSE EDUARDO TEIXEIRA DA CUNHA e ROSIMEIRE MOREIRA DE SOUZA TEIXEIRA.**

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Nº 0168432-09.2013.8.13.0480 Exequente: BANCO BRADESCO S.A. **Executados(as):** JOSE EDUARDO TEIXEIRA DA CUNHA e ROSIMEIRE MOREIRA DE SOUZA TEIXEIRA **Bem:** SEIS SORTES DE TERRAS, ANEXAS E DIVIDIDAS, SITUADAS NA FAZENDA BOA VISTA, LUGAR MANABUIU,

DISTRITO DE SÃO BRAZ, MUNICÍPIO DE LAGAMAR, COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, COM ÁREA TOTAL DE 994.51.00 HAS (NOVECIENTOS E NOVENTA E QUATRO HECTARES E CINQUENTA E UM ARES), SENDO 950.94.59 HAS DE CULTURA E 43.56.41 HAS DE CAMPOS. CONFORME DIVISÕES E CONFRONTAÇÕES DESCRITAS NA MATRÍCULA DE Nº 12.508 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG.

RECURSOS PENDENTES: Não Há.

VALOR DE AVALIAÇÃO 1º e 2º LEILÃO: Em primeiro leilão R\$ 5.967.060,00 em 2º leilão R\$ 4.176.942,00.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Patos de Minas/MG, 15 de abril de 2024

Adriano Apolinário Leão de Oliveira
Leiloeiro Público Oficial nº 820 – JUCEMG

Rodrigo de Carvalho Assumpção
Juiz de Direito